

Reajuste do Programa Brasileiro de Biodiesel: Implicações para a Formulação de Políticas

Por Clovis Zapata, Brune Sara e Jackline Achieng Adero

Com a volatilidade dos preços do petróleo e a necessidade de reduzir as emissões de carbono, biocombustíveis é uma área de interesse emergente, para muitos países em desenvolvimento como fonte alternativa de energia e, em alguns casos, pode também melhorar os meios de subsistência em zonas agrícolas. Há, no entanto, uma série de questões a serem discutidas: será que é economicamente e ambientalmente viável incorporar a agricultura familiar de pequena escala às cadeias de valor dos biocombustíveis? Será que a produção de matérias-primas de biocombustíveis complementa – ao invés de competir com – as culturas alimentares? A experiência do Brasil, país pioneiro na adoção de uma abordagem socialmente inclusiva para a produção de matérias-primas para o biodiesel, suscitou muito interesse.

Este Policy Research Brief visa fazer um balanço geral dos recentes desenvolvimentos institucionais e extrair lições, como parte de um processo contínuo de aprendizagem em uma área onde ainda não há modelos de negócios sustentáveis óbvios ou caminhos fáceis para incentivar a inclusão de pequenos agricultores. O Brief sugere que a inserção de agricultores familiares na cadeia produtiva de biodiesel é algo viável. Porém, o nível necessário de envolvimento de intermediários pode ser alto nas fases iniciais do programa, em regiões com serviços deficientes, especialmente em regiões onde os agricultores estão dispersos e não têm grande participação no mercado. Assim, aqueles que estão prestes a embarcar em tais programas têm que considerar o apoio à produção. Além disso, o Brief sugere que o cultivo consorciado (de mamona e feijão, por exemplo) pode mitigar áreas previamente destinadas à produção alimentícia serem usadas para a geração de combustível. No entanto, a escolha de matérias-primas ideais, do ponto de vista da equidade e da sustentabilidade, continua sendo uma questão a ser discutida.



Foto: Clovis Zapata, S. R. Nona to, Piauí.

O Programa Brasileiro de Biodiesel

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) do Brasil apresenta quatro objetivos principais: (i) estruturar a cadeia produtiva de biodiesel no Brasil; (ii) produzir biodiesel a partir de diferentes sementes oleaginosas (como mamona, algodão, amendoim, dendê, girassol e soja) provenientes de diversas regiões do país; (iii) promover a inclusão social e o desenvolvimento regional em áreas subdesenvolvidas; e (iv) apoiar a produção de uma nova fonte de fornecimento de petróleo, a preços competitivos e com qualidade adequada. Diferente dos programas de biocombustíveis dos anos 70 (ProÁlcool para a produção de etanol e Pró-Óleo para a produção de biodiesel), o PNPB foi pioneiro na adoção de metas explícitas, voltadas para a incorporação dos agricultores familiares à cadeia de valor do biodiesel. Isto vale particularmente para a região nordeste do Brasil, que deveria ser responsável por 15 por cento da produção total de biodiesel, através do uso de sementes de mamona produzidas por agricultores familiares. Considerava-se que esta cultura tivesse o potencial de promover a inclusão social, melhorando os meios de subsistência dos agricultores familiares mais pobres. Historicamente, muitos dos agricultores já plantavam sementes de mamona, que é uma planta tolerante à seca que pode complementar a produção de alimentos de subsistência, como o feijão.

O principal instrumento de política para facilitar a inclusão social é o *Selo Social*, que incorpora os agricultores familiares para a cadeia de valor, através de compras obrigatórias em troca de vários incentivos econômicos oferecidos para os compradores e refinarias. De acordo com o Decreto Presidencial brasileiro de nº 5.297 (posteriormente modificado pelos Decretos Presidenciais 5.457-2005, 6.458-2008, e 6.606-2008), apenas aqueles que atendem a metas *mínimas* especificadas para a compra das matérias-primas indicadas de agricultores familiares recebem o Selo Social e podem participar dos leilões de biodiesel organizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), bem como se beneficiar de uma redução do pagamento de dois tributos federais (PIS/PASEP e COFINS). Aqueles que comprarem de agricultores familiares da região nordeste, menos desenvolvida, recebem plena isenção fiscal.

Um dos desafios enfrentados pelo programa, no entanto, diz respeito à inserção efetiva de agricultores familiares de pequena escala à cadeia de fornecimento do biodiesel, especialmente na região nordeste, onde os agricultores encontram-se dispersos geograficamente e, até agora, ainda não tiveram um engajamento de longo prazo com os processos de mercado. Para facilitar este tipo de inserção, o governo brasileiro estabeleceu uma política ampla, bem como um conjunto de incentivos econômicos para promover a participação das partes interessadas na cadeia de fornecimento do biodiesel. O objetivo era facilitar a prestação de apoio técnico e financeiro aos agricultores familiares, e proporcionar-lhes uma garantia de estabilidade de preços através de contratos formais (Zapata e Nieuwenhuis, 2008).

Até a presente data, e apesar de enorme vontade política, o programa não logrou o nível esperado de integração dos agricultores familiares. Vários autores têm identificado o programa como uma política falha, porque a iniciativa não atendeu às expectativas iniciais (Aldara e Batalha, 2010). Argumenta-se aqui, no entanto, que o programa precisa ser interpretado de forma mais complexa. A análise tem que levar em conta não só o número de agricultores de pequena escala incorporados ao programa, mas também como o programa tem afetado a vida de quem já aderiu. Algumas pesquisas anteriores, por exemplo, bem como os dados levantados para elaborar este Policy Brief, indicam que em um curto período de tempo, a participação dos agricultores familiares no PNPB levou a um expressivo aumento (de 20 por cento, no atual contexto) da renda média anual.¹ Impactos mais sistemáticos, incluindo impactos sobre a pobreza, são mais difíceis de mensurar, porque esses tipos de avaliações de impacto não foram incorporados ao desenho do programa, e também porque as modalidades institucionais ainda estão sendo refinadas.

Desafios Institucionais e Desenvolvimentos Recentes

Durante os primeiros anos, a implementação do programa enfrentou vários problemas relacionados a seu planejamento e execução, circunstâncias estas que se tornaram evidentes em avaliações *ex-post*. Em resumo, os instrumentos de incentivo econômico utilizados com êxito não incorporam o número previsto de agricultores familiares de pequena escala, especialmente nas áreas mais pobres e carentes do nordeste.² Foram identificadas várias explicações para isso, inclusive: a falta de técnicas adequadas de assistência técnica; a distribuição de sementes de baixa qualidade; a baixa produtividade, que comprometeu a renda dos agricultores familiares; e as dificuldades causadas pelo clima, fatores logísticos e outras questões relacionados à agricultura de pequena escala no Brasil (Zapata, no prelo).

Os requisitos da certificação do Selo Social estipulam que deve ser fornecido suporte técnico pelas refinarias de biodiesel. A Brasil EcoDiesel, principal produtora do nordeste até 2009, operava com a contratação de assistência técnica. Tal assistência técnica, no entanto, não era adequada. O que também parece ter sido subestimado foi a quantidade de tempo e compromisso necessários para um engajamento estável e previsível, necessário para ajudar os pequenos agricultores a realizar a transição de uma produção de subsistência para um processo de mercado.

Recentemente, o programa vem sendo transformado por um rearranjo silencioso, porém profundo, dos papéis desempenhados pelos principais atores interessados, em relação aos agricultores familiares de pequena escala. Isto evoluiu ao longo do processo, sugerindo uma certa flexibilidade no quadro inicial de execução da política. Neste contexto, é importante avaliar se essas mudanças têm sido eficazes. As mudanças incluem as questões abordadas a seguir.

O novo papel da Petrobras

Uma das mudanças mais importantes observadas na estrutura do programa de biodiesel foi o surgimento de um novo ator, central à cadeia do biodiesel: a Petrobras Biocombustível (PBio). A Petrobras, a empresa estatal de petróleo do Brasil, está emergindo como ator dominante nas áreas de combustíveis derivados da gasolina e de bio-etanol; foi criada uma empresa subsidiária para focar o mercado dos biocombustíveis, e a empresa também realizou investimentos expressivos na

construção de refinarias de biocombustíveis no nordeste. A empresa tem o intuito de se tornar a maior produtora de biocombustíveis do mercado brasileiro nos próximos anos.

A empresa começou a se estabelecer no mercado abordando algumas das ineficiências da agricultura familiar de pequena escala, ajudando a assegurar que a participação dos agricultores no mercado ocorra de uma base mais sólida do que no período anterior. A empresa contratou uma equipe técnica (35.000 funcionários contratados), distribuiu sementes e assinou contratos de médio prazo com os agricultores de pequena escala, que preveem o pagamento de um preço mínimo de mercado pela mamona. A empresa também está incentivando a criação de associações de agricultores locais e a utilização de diversas fontes de matéria-prima do biodiesel, incluindo soja, girassol e mamona, para passar a incluir mais agricultores no programa e, assim, diversificar as fontes de combustível.

Um dos principais objetivos da empresa é tornar-se um ator central no mercado internacional. A empresa vê o seu apoio à participação de agricultores familiares na produção voltada para o mercado interno como uma oportunidade de aumentar sua participação em grandes mercados internacionais. Em outras palavras, o investimento na agricultura familiar de pequena escala tem como objetivo reduzir o risco da dependência exclusiva dos grandes produtores de soja. Esse engajamento também melhora a imagem da empresa, demonstrando uma “responsabilidade social” efetiva e bem estruturada. Levando em consideração as externalidades sociais e ambientais negativas geradas pela produção de biocombustíveis, especialmente na Ásia, que formaram uma imagem negativa dos biocombustíveis nos mercados europeus (Transport and Environment, 2010), uma demonstração do potencial de incorporação dos agricultores de pequena escala pode ajudar a dismantlar tais críticas, reforçando a imagem corporativa social e ambiental da Petrobras.

A Petrobras também tem historicamente desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento de novas tecnologias e estruturas produtivas no Brasil. O envolvimento da empresa ajuda na corrigir alguns dos problemas que surgiram no início do relacionamento entre os agricultores familiares de pequena escala e as refinarias de grande escala, especialmente na região nordeste. Só o tempo dirá se a Petrobras conseguirá efetivamente incorporar agricultores familiares de pequena escala à cadeia de abastecimento de biodiesel. Em outros países que enfrentam desafios semelhantes, uma entidade pública, como uma diretoria de marketing ou uma parceria público-privada, pode ser capaz de desempenhar este papel.

Além disso, duas importantes questões técnicas precisam ser reconhecidas, no que diz respeito à escolha da matéria-prima a ser produzida por pequenos agricultores familiares. Em primeiro lugar, a mamona atualmente comprada pela empresa não é transformada em biodiesel, porque o produto tem um preço mais alto quando vendido para os mercados cosmético e farmacêutico. Isso faz com que o desenvolvimento da cadeia de valor da mamona usada no biodiesel seja sensível às tendências nesses outros mercados. O investimento em diversas fontes de biodiesel – incluindo soja, girassol e mamona – pode ajudar a mitigar os riscos da dependência de um único tipo de matéria-prima e fonte de abastecimento, e também fornecer opções adicionais para os agricultores familiares. Em segundo lugar, a Petrobras tornou-se monopsonista, acarretando riscos de longo

prazo para pequenos agricultores familiares, especialmente no nordeste. Deve-se notar, contudo, que a curto prazo, a participação da PBio aumentou a participação dos agricultores familiares (Zapata, no prelo).

Essa experiência elucida a possibilidade de um resultado de ganho mútuo, graças a um conjunto único de circunstâncias, típicas do Brasil. Mesmo no Brasil, no entanto, não está claro se será possível estabelecer um equilíbrio entre a promoção de uma indústria competitiva e o apoio à inclusão social, através da produção de matérias-primas para biocombustíveis – especialmente nas regiões carentes.

Os Centros de Produção de Biodiesel: “Polos de Biodiesel”

Um dos principais desafios do PNPB é a dispersão geográfica dos agricultores familiares no nordeste. Agricultores familiares de pequena escala não conseguiram interagir com seus pares e não obtiveram os ganhos de uma economia de escala. A grande dispersão espacial dos agricultores também tem um impacto direto sobre a logística do suporte técnico, da distribuição de sementes e da comercialização. Isto constitui um grande desafio, especialmente em regiões onde as organizações de agricultores eram fracas ou inexistentes.

Os “polos de biodiesel” auxiliam a superação destes desafios, através da criação de centros locais de produção. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) convidou duas instituições para implementar os polos: Obra Kolping para a região nordeste e a Plural Consultoria para o centro-oeste, sudeste, sul e norte. Atualmente, 37 polos já foram criados, em todo o país (Portal da Cidadania, 2010). Os centros de produção de biodiesel são importantes porque podem ajudar os pequenos agricultores a superar algumas de suas dificuldades na produção e na comercialização, e auxilia no desenvolvimento de habilidades empreendedoras.

A organização de pequenos agricultores pode resultar em soluções mais rentáveis para os agricultores. As associações e / ou cooperativas de agricultores reforçam a base de conhecimento dos agricultores de pequena escala, bem como sua participação no mercado, através de programas de conscientização e um suporte técnico mais custo-efetivo. As associações também têm o potencial de aumentar o poder de negociação dos agricultores e inseri-los em atividades de maior valor agregado, tais como o processamento – ao invés de restringir a integração dos agricultores apenas ao degrau mais baixo da cadeia de valor. Cooperativas podem construir usinas de produção de petróleo, que melhoraria os rendimentos dos agricultores de pequena escala, já que é possível obter um valor agregado maior, a partir do processamento de petróleo. Até o momento, poucas associações tiveram a motivação empresarial para investir recursos e construir fábricas de produção de petróleo. A associação de Irecê, na Bahia, é uma exceção neste sentido, uma vez que está atualmente construindo a primeira usina de propriedade de uma cooperativa no país.

A Consideração de um Leque mais Amplo de Matérias-Primas do Biodiesel

A diversidade de fontes de biodiesel é crucial para a estruturação da cadeia produtiva do produto, e também para a incorporação dos pequenos produtores. O atual fornecimento de matéria-prima para a produção de biodiesel é dominado pelo óleo de soja, devido a sua disponibilidade e economias de

escala. Em 2009, a soja representou 80 por cento da produção de biodiesel, seguido por sebo bovino (que representou 15 por cento). O restante veio de outras sementes oleaginosas, como palma, amendoim, girassol e mamona. Mamona foi produzida por 51.047 agricultores de pequena escala.³

Além disso, com a demanda criada pelas metas aceleradas de mistura (uma mudança de dois para cinco por cento na mistura de biodiesel / diesel, desde janeiro de 2010), o governo federal aumentou o financiamento do investimento total para a agricultura de pequena escala, reforçando a inclusão da agricultura familiar à cadeia do biodiesel. O objetivo é expandir a quota de produção de biodiesel a partir de culturas oleaginosas alternativas para 8 por cento, diferente da quota atual, inferior a 1 por cento.

Note-se que a PBio está promovendo um modelo de produção que promove a integração alimento-combustível (mamona e feijão). A assistência técnica provida na região nordeste orienta os pequenos agricultores são orientados a utilizar a técnica de cultivo consorciado, plantando a mamona e o feijão juntos. Isso melhora a produtividade da mamona, o que poderá proporcionar aos agricultores uma fonte adicional de renda e um abastecimento complementar de alimentos. Tendo em conta estas ocorrências recentes, entretanto, é importante compreender que, na ausência de progresso tecnológico, a diversificação de matéria-prima ainda não está completamente estruturada. Vários projetos piloto já foram empreendidos por governos locais, buscando outras fontes de biodiesel. Estas incluem girassol, algodão e soja, e podem resultar em uma maior participação dos agricultores.

Mudanças no Uso do Sistema de Certificação do Selo Social

O sistema Selo Social é um instrumento de regulação para promover a inclusão social e fomentar a participação dos pequenos agricultores na cadeia do biodiesel, oferecendo vantagens fiscais para empresas que compram, no mínimo, o menor valor estipulado de agricultores familiares de pequena escala (PNPB, 2009). Recentemente, foi feito um ajuste ao percentual mínimo de matéria-prima que tem de ser comprado da agricultura familiar para garantir a certificação. Provavelmente, esta mudança pode ser explicada por um melhor entendimento das reais capacidades reais de produção da agricultura familiar, incluindo a sua capacidade de cumprir as metas estabelecidas, bem como as desigualdades sociais e regionais e o potencial geograficamente específico e agroecológico de produção da matéria-prima do biodiesel.

Contratos contendo critérios referentes aos preços de compra e ao ajuste do preço do contrato já foram negociados, e agora já ocorre a prestação de serviços de assistência técnica rápidos e eficazes e adubos e sementes de qualidade. Com base em entrevistas com funcionários do governo, parece que o MDA quer garantir que as exigências do Selo Social sejam respeitadas através do reforço dos processos de monitoramento do setor. Por exemplo, em 5 de março de 2010, o MDA informou que havia suspenso o direito de usar o selo de combustível social de seis unidades produtoras de biodiesel, porque as empresas não conseguiram cumprir com o montante mínimo de compras da agricultura familiar de pequena escala. Esta suspensão impede sua participação em 80 por cento dos leilões de biodiesel supervisionados pela ANP.

Implicações das Políticas

As seguintes lições de política podem ser extraídas das recentes modificações institucionais no programa de biodiesel do Brasil.

- *Políticas voltadas para a inclusão de agricultores familiares de pequena escala em mercados ditados por preços de commodities internacionais devem levar em conta as deficiências estruturais e as necessidades desses agricultores.* No caso do programa de biodiesel do Brasil, incentivos econômicos – como a distribuição de sementes, assistência técnica e crédito – foram usados para inserir os pequenos agricultores na cadeia do biodiesel. O Selo Social foi utilizado para garantir a integração destes agricultores e garantir uma demanda constante por sua produção. Inicialmente, no entanto, a política pareceu ignorar as características da agricultura de pequena escala, incluindo a falta de experiência na tomada de crédito, por parte dos pequenos agricultores, o que levou à inadimplência durante os primeiros anos do programa, e as dificuldades que enfrentam para alcançar níveis razoáveis de produtividade. As pequenas quantidades de biodiesel produzido e as questões logísticas referentes à garantia da produção sugerem que uma estratégia diferente fora necessária na fase inicial.
- *Projetos de pequeno porte podem ser um ponto de partida mais adequado para as políticas nacionais que visam incluir os pequenos agricultores nos mercados ditados por preços de commodities internacionais.* Isso abriria espaço para que a abordagem do programa pudesse ser testada e adaptada às realidades e as dinâmicas locais. O programa foi implementado sem que fosse dada atenção suficiente aos desafios envolvidos na integração de agricultores de subsistência. A maioria destes agricultores familiares de pequena escala estava distribuída em zonas escassamente povoadas do país, áreas que careciam de infra-estrutura adequada, especialmente no setor de transporte. Fora isso, poucos tinham experiência com atividades empresariais. O engajamento e participação de longo prazo da PBio tem o potencial de superar alguns desses problemas nas regiões carentes, embora suscite também alguns desafios próprios.
- *O sistema de certificação do Selo Social é um instrumento de política capaz de garantir a demanda para agricultores familiares, mas ainda carece de aperfeiçoamentos.* Sem esse instrumento, os agricultores familiares de pequena escala não participariam da produção de biodiesel, porque os custos na produção da mamona não são competitivos com os dos produtores de soja de grande porte. As recentes adaptações no percentual de matéria-prima a ser adquirido da agricultura familiar leva em conta as características da agricultura de pequena escala, mas o sistema de certificação do Selo Social tem demonstrado uma falta do poder disciplinador necessário para garantir a ampla participação, bem como a flexibilidade para ser adaptado às diferentes áreas do país.

- *Para que o programa sirva como instrumento de inclusão econômica e social, deveria haver um foco na integração dos agricultores a vários componentes de valor agregado, através de um reforço do papel desempenhado pelas organizações de produtores.* As associações de agricultores também têm o potencial de aumentar a organização dos agricultores, para que estes possam se dedicar a atividades que proporcionem maior valor agregado (como processamento), em vez de restringir os agricultores ao nível mais baixo da cadeia de valor. Formar cooperativas que promovem a criação de esmagadoras pode melhorar a renda dos pequenos agricultores, visto que há um valor agregado expressivo no processamento de óleo. Também é importante ter um modelo de acompanhamento e avaliação que possa acompanhar os impactos econômicos para os agricultores e avaliar como a participação na produção de biodiesel se compara a outras atividades econômicas e à produção de culturas alimentares, bem como a questão da segurança alimentar.

Conclusões

A abordagem adotada na atual fase do programa procurou superar alguns dos problemas encontrados na fase inicial. Mais atenção foi dada à resolução de questões prementes de suporte técnico, através da criação de centros locais de produção de biodiesel. O maior componente do papel desempenhado pela Petrobras é solucionar questões referentes à comercialização, bem como melhorar a gestão dos sistemas de logística. O programa evoluiu, mas a adequação da mamona e outras culturas alternativas aos sistemas de produção da agricultura familiar ainda permanece uma questão em aberto. Uma série de outras questões importantes também deve ser abordada, incluindo o desenvolvimento de tecnologias de refino, o potencial de combinar vários tipos de matérias-primas do biodiesel (como soja e mamona), e tecnologias para melhorar a fertilidade do solo em áreas com solos pobres, como no nordeste. Isso permitiria que os pequenos agricultores produzissem a custos mais competitivos com os de outros produtores de oleaginosas da cadeia do biodiesel.

Também é necessário um mecanismo mais abrangente, para melhorar a participação das partes interessadas, além do sistema de Selo Social. Idealmente, isto deve ser implementado no início, e não a meio caminho, como é o caso dos centros de produção de biodiesel, e deverá considerar as necessidades e as limitações dos pequenos produtores.

Clovis Zapata, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo. **Sara Brune** e **Jackline adero Achieng**, Universidade de Wageningen, Holanda.

* Gostaríamos de agradecer ao Dr. Renato Orsato, Pesquisador Sênior do INSEAD Social Innovation Centre, Fontainebleau (França), pelos comentários e sugestões fornecidos a este Policy Brief.

1. Os dados coletados na região de São Raimundo Nonato, no Piauí, indicam que a renda média de um agricultor de pequena escala variou de BRL4.500 a BRL6.000. A produção de mamona para fins de biodiesel pode levar a um aumento de BRL900 – 1.200, dependendo das condições meteorológicas locais e dos níveis de produtividade. Este número não leva em conta o valor do feijão adicional produzido quando os agricultores dependem do cultivo intercalar do feijão e da mamona. Alguns são mais vulneráveis porque estão um pouco acima da linha da pobreza, e outros estão abaixo da linha de pobreza (IPEA, IBGE).

2. 51.047 pequenos agricultores participaram em 2008.

3. Um total de 31.990 agricultores familiares produzem soja; 17.535 produzem mamona; 1.215 produzem girassol, 178 produzem palma; 47, canola; 44, gergelim; 25, óleo de soja; 11, amendoim e dois produzem nabo, dentre todas as regiões do Brasil.

Referências:

Aldara, César e Mário Batalha (2010). 'Biodiesel Production from Castor Oil in Brazil: A Difficult Reality'. *Energy Policy* 38 (8), 4031–4039.

Portal da Cidadania (2010). 'Agricultura familiar', site do MDA, <<http://comunidades.mda.gov.br/principal/>> (Acessado em 14 de junho de 2010).

PNPB (2009). 'Biodiesel: The New Fuel from Brazil', Biodesel website, <http://www.biodiesel.gov.br/docs/cartilha_ingles.pdf> (acessado em 6 de dezembro de 2009).

Transport and Environment (2010). 'Biofuels, Handle with Care. An Analysis of EU Biofuels Policy with Recommendations for Action', site T&A website, <<http://www.transportenvironment.org/>> (acessado em 12 de junho 2010).

Zapata, C. e P. Nieuwenhuis (2008). 'Driving on Liquid Sunshine. The Brazilian Biofuel Experience: A Policy Driven Analysis'. *Business Strategy and the Environment* 15 (6), 528–544.

Zapata, C. (no prelo). 'What Generalised Understandings Conceal, Localised Thinking Reveals. The Brazilian Experience with Biofuels'. *Working Paper*. Brasília, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo.

As opiniões expressas neste resumo são dos autores e não necessariamente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ou do Governo do Brasil.

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SBS, Quadra 1, Bloco J, Ed BNDES, 13º andar
70076-900 Brasília - DF - Brasil

Telefone: +55 61 2105 5000

E-mail: ipc@ipc-undp.org ■ URL: www.ipc-undp.org

International
Policy
Centre for Inclusive Growth